O REVERSO DA MEDALHA

À "Política da Verdade,, Portugal responde com verdade sem política

Mais uma vez, diante da indiferença resignada e glacial da Nação, o actual Chefe do Govêrno retomou o fio interrompido do seu disco—monólogo para repetir, á maneira do costume, e a par do próprio elogio habitual, as mais precisas afirmações de respeito pelas liberdades públicas, justiça social e defeza da personalidade humana—afirmações estas que, atravez duma compacta e cínica tirania, êle se tem comprazido sistemáticamente em desmentir, dia a dia, no campo dos factos.

Socegado de—antemão pela impossibilidade de qualquer crítica ou justo reparo, que a sua arbitrária e vexatória censura impediria, por certo; seguro duma posição superior, que aliás não resistiria a oito dias de liberdade de imprensa; convencido de uma impunidade, a que o seu orgulho sem limites espera garantir eterna duração—o Presidente do Ministério reedita agora algumas creações do seu facil humorismo, que fariam rir ou sorrir tôda a gente se não ecoassem, por êsse País fora, entre angústias, aflições e desesperos.

Eis, seguindo a sua própria ordem, a clara verdade que as suas claras palavras encobrem :

I -- POSIÇÃO NACIONAL

Politicamente—o cáos
Económicamente—a ruína
Socialmente—o pré-comunismo

Calando, um ingrato silêncio, a acção dos seus antecessores e tomando em bloco a obra da Ditadura para a fazer passar como sendo tôda sua aos olhos dos incautos, o actual Chefe do Govêrno confunde voluntáriamente aquilo que se deve á energia e heroismo de quantos resolveram na rua o problêma da Ordem Pública com a sua tão decantada restauração das finanças nacionais.

Todos os que fizeram o «28 de Maio» e, há nove anos, o têm logrado manter, conhecem, porém, sobejamente os nomes de tantos bravos—alguns hoje presos e exilados—que souberam arriscar-se e bater-se na batalha onde se jogaram os destinos da Revolução Nacional, enquanto *certos políticos* se mantinham em discreta e prudente reserva, quando se não prestavam a escutar, complacentes, as respostas tentadôras dos adversários...

Para àquém do problêma da Ordem Pública, resolvido pelos govêrnos anteriores aos da presidencia do dr. Salazar, a posição nacional resume-se, em síntese, nêste panorama confrangedor:—*politicamente,* o cáos, isto é a «União Nacional» onde se disputam, sem descanço, na conquista de logares públicos e regedorias locais tôdas as clientelas e tôdos os caciques democráticos e talassas contra os quais se fez precisamente o «28 de Maio»;—*económicamente,* a ruína da pequena fortuna, abandonada, sem defeza alguma, às devastações da usura, vítima de reformas atribiliárias e impotentes, como a criminosa organização víticola, a injusta absorção moageira, etc;—*socialmente* a marcha acelerada para o comunismo, atravez da derrocada da economia e do esmagamento sistemático de tôdos os direitos e de tôdas as liberdades individuais e colectivas.

Desfeitos, pelo suborno e pela violência, os vários sectores da opinião pública e não se tendo creado, em substituição, uma fôrça consciente e forte em que se apoie o Estado Novo a construir; arruinada a ecónomia nacional em holocausto á megalomania dos «portos sem navios» e dos «institutos sem alunos»; quebrada tôda a independência e dignidade dos Portuguêses, a posição é na realidade por trás de falsos cenários e irrisórias fraseologias, a mais instável e mais precária das posições

II -- POSIÇÃO INTERNACIONAL

Propagandas custosas
Realidades diplomáticas

Para aquêles que acreditam sinceramente na expontaneidade dos artigos laudatórios de certas gazetas estrangeiras, desconhecendo, como desconhecem o que êles representam de ouro desbaratado pelo Secretariado da Propaganda e pelos fundos secretos do Ministério dos Estrangeiros, o bom nome de Portugal e o de seu Chefe do Govêrno em particular, é lá fora, sem dúvida, indiscutível.

Podem êsses ingénuos vêr em tais factos uma permanente razão de regosijo e desvanecimento.

Não se nutre, desgraçadamente, de tão cândidas ilusões a grande maioria do País.

Êste bem sabe á custa de que concessões se conquistou finalmente um logar de Conselho na aliás desacreditada e inútil Sociedade das Nações; conhece de sobejo como se cota no mundo a nossa moeda e desafia, por isso, o Govêrno actual a conseguir no Estrangeiro, a-pesar-da *fama* do Ministério das Finanças, qualquer empréstimo com que se restaure um pouco a ecónomia nacional das periódicas sangrias compensadoras de *déficits* orçamentais e mantenedoras, para servir a basófia do Poder, das suas custosas obras pombalinas; não ignora também o País o que significa, em face da independência da sua ecónomia ameaçada, os acôrdos sobre o diferencial de bandeira, negociados e assinados, há mêses, com duas grandes potências europeias.

Neste capítulo, manda o patriotismo que se não entre em demasiados esclarecimentos.

Adiante...

III -- POLÍTICA INTERNA

A reeleição presidencial
Dar por amôr de Deus...

Ao som de festivos acordes e aliás justificáveis elogios, anuncia agora o Presidente do Ministério a candidatura oficial de Sua Excelência o Senhor General Carmona á sua próxima reeleição.

Motivos imperiosos decidem, enfim, o actual Chefe do Govêrno, e esta resolução inesperada, cuja transcendência é, por certo, da mesma ordem dos que o levaram a não se instalar, desde já, na Pasta da Defeza Nacional...

Com efeito, tôda a gente compreende como está longe de ser expontâneo êste gesto do dr. Salazar.

Ainda não há muito, em 15 de Abril passado, quando a guarnição de Lisbôa, na sua totalidade, pedia ao Senhor Presidente da Repùblica que aceitasse ser reeleito, a Bem do País, o actual Chefe do Govêrno não conseguiu esconder, nem disfarçar, um bem visível e insólito amúo...

Conforma-se agora o Presidente do Ministério e é com manifesta alegria que vem dar á Nação a boa nova.

Já porém, na verdade, o País a conhecia atravez de certo comunicado dos jornais que há dias informava ter a Fôrça Armada, conseguido do Chefe do Estado a *única* e indispensável aquiescência.

IV -- CONSELHO DE ESTADO

Uma antiga omissão...
... finalmente reparada

Segundo o Art.º 83 da Constituição, plebiscitada vai para dois anos, deveria logo ter-se creado—o que se não fez—um Conselho de Estado que, nas horas difíceis da vida pública, assistisse o Senhor General Presidente.

Alega o dr. Salazar que, a-pesar-dessa grave falta por omissão, não foram seguramente violados os preceitos constitucionais.

Razão suprema:—foi desnecessário, até hoje, que se consultasse e ouvisse semelhante Conselho.

E se tivesse sido necessário ? Se tivesse sido necessário ?.. E' impossível mostrar pela inteligência dos Portuguêses um mais completo e expeditivo desprêso.

A explicação do facto é, sem dúvida, bem diferente.

Se o Conselho de Estado ainda não fôra constituído, é apenas por que assim convinha aos receios do mesmo dr. Salazar, visto essa alta engrenagem pública, ao ter de jogar, poder, em certa altura, jogar contra a sua nefasta tirania política e derrubá-lo.

Organiza-se agora, tarde e a más horas, por de todo não poder deixar de ser e porque, daqui ás eleições,—assim o supõe o Chefe do Govêrno—já naturalmente não terá tempo nem ocasião de o ameaçar.

V -- ASSEMBLEIA NACIONAL

Deputados por nomeação
Novo Congresso da
"União Nacional"

Quando há anos o Coronel Lopes Mateus, então Ministro do Interior, proclamou numa inflamada sessão de propaganda, que se iam fazer eleições gerais, mas não se perderiam em nenhum caso, ingénuos houve que protestaram contra a cruêza de tão insólitas palavras.

Ao menos tinham elas o mérito de serem claras e desassombradas.

As declarações sibilinas do actual Chefe do Govêrno, nêste capítulo, vêm corroborar as de Lopes Mateus e mostram sobejamente, embora sob a capa dessa costumada hipócrisia que serve de timbre á «Política da Verdade», quais os propósitos com que, ao cabo de tantos anos, se vai, finalmente, enfrentar o sufrágio popular.

Já era sabido, por famosos antecedentes, que tôdo aquêle que se abstivesse de votar, votava sempre com o Poder.

Fica-se agora sabendo também, que não basta terem-se votos para se vir a ser eleitos—só será deputado quem possua igualmente as boas graças do Santo Ofício governativo.

Desta maneira, não só se vai para uma consulta popular com tôda a imprensa amordaçada e impedida por completo tôda a propaganda oral, como ainda, e para cumulo, á sombra desta inqualificável enormidade:—tôdos os votos «contrários» serão nulos de direito, em «nome da Nação».

Sabido como em Portugal só quem fôr salazarista é que tem direitos políticos (seja ou não nacionalista, seja ou não um leal servidor do Estado) fica assim, desde já determinado o valor positivo da tal pseudo Assembleia Nacional, ressureição caciqueira em honra do Estado Novo, congresso partidário, convocado pelo mais sinistro homem público da História Nacional Contemporânea.

Mesmo quem seja por doutrina anti-parlamentar, não poderá deixar de sentir-se indignado em face duma farsa tão completa e tão degradante.

VI -- CAMARA CORPORATIVA

Um nobre ideal falseado
Sindicatos ? Não : simples rebanhos

Entre todos os atentados que o Chefe do actual Govêrno tem cometido, por desconhecimento ou por ódio á doutrina, contra o espírito de «28 de Maio» o maior é, de certo a chamada «Organização Corporativa».

Ao destruir-se o Liberalismo Económico que gerou os excessos capitalistas, impunha-se substituí-lo, prontamente, por uma organização económica-social em que o Homem, o Cidadão, encontrasse apoio seguro para o seu maior desenvolvimento moral, intelectual e material. Num País, como o nosso, que, em cem anos de guerra civil, se veio tornando ferosmente individualista, quasi anárquico, refratário a tendências associativas era sobretudo urgente insuflar-se-lhe, por uma intensa propaganda, o forte espírito da vida sindical, vida nova em que se achasse ressuscitado e fortalecido o sentimento de auxílio mútuo e de solidariedade colectiva.

Assim, pouco a pouco, ir-se-iam conquistando sucessivas e seguras posições dentro dum verdadeiro plano nacional de realizações sociais.

Em vez disto, que se tem feito?

Em primeiro logar sacrificou-se, aniquilando-a, a pouca vida sindical existente, pela confiscação de bens ás associações operárias, dêsses fundos acumulados durante anos, graças às quotas arrancadas aos seus pobres salários de martírio. E, realizada esta proeza, esboçou-se então a organização de vagos sindicatos e nebulosas corporações, que não tendem a servir—bem pelo contrário—os interêsses da Produção e da Justiça.

Teve-se apenas em mira a fundação de centros políticos de salazarismo, em que os operários, com direitos sempre inferiores aos dos patrões, lhes ficassem eternamente subordinados, como assalariados submissos e eleitores indiscutíveis.

É de semelhante caricatura de sindicatos e corporações que o Chefe do Govêrno pensa extrair, com eficácia e proveito para uma genuína *representação orgânica* e nacional, a chamada Câmara Corporativa.

Êste sem nome, friamente calculado, contra o futuro e indispensável sindicalismo português, jamais encontrará perdão nas novas gerações conscientes de âmanhã.

VII -- O ESTADO NOVO E O EXERCITO

Um anti-militarista
Obra de dissolução

O Político que maior desprêso tem manifestado pela Fôrça Armada, não perdendo ocasião de achincalhar em público, de constantemente a ofender, nas variádas manifestações, oratórias e escritas, do seu orgulho ferido pelo natural limite que essa Fôrça representa para as suas ambições de poder descricionário—êsse político anti-militarista acha agora oportuno referir-se ao Exército com tardias palavras de louvôr e de justiça.

Depois das transferências e perseguição de tantos oficiais nacionalistas, a quem a actual Situação tudo deve, surgem agora as conhecidas formulas de captação, que sempre fazem parte do programa salazarista em certos momentos de apuro.

O Exército não se ilude:—bem lhe conhece o verdadeiro objectivo oculto e, cônscio da sua dignidade militar, contenta-se, por ora, em sorrir mas não responder.

É sem dúvida curioso observar o poder que *«certos problêmas de ordem política»* têm sôbre o ânimo do Chefe do Govêrno.

A-pesar-de haver descoberto, nessa altura—seis anos perdidos inutilmente;—a estensão das nossas fronteiras *«onde quási vêm bater as ondas revolucionárias que ameaçam a Europa»* e os perigos de tôda a sorte erguidos contra a integridade do nosso território europeu e ultramarino, que urge defender; a-pesar-das vantagens certas que adviriam, segundo frisa, dêle próprio se abalançar a tomar em suas mãos a Pasta da Defeza Nacional—a solução completa do importantíssimo problêma militar, por causa dos tais problêmas absorventes de ordem política, vê-se adiada «sine-die» para *«momento mais oportuno»*.

A explicação deste duplo inigma—o Exército por armar no meio de tão graves perigos, e a necessidade de ser adiada a creação da Pasta de Defeza Nacional para o dr. Salazar—deduz-se naturalmente das conhecidas razões que tem orientado a sua política de ambição e prestígio pessoal, a que sempre tudo e tôdos sacrifica.

Coerente com essas normas e êsse plano, foi o dr. Salazar negando, por sistêma, as possibilidades necessárias á reorganização técnica do Exército, a fim de que, queimados tôdos os Ministros da Guerra vindos da Tropa, esta acabasse, resignada e sem reagir, por aceitar a direcção e a tutela dum simples paisano, dêsse mesmo paisano que, no fundo, tanto a odeia, mas pretende fazer dela, da nobre fôrça pública um instrumento a mais do seu poder arbitrário e sem limites.

Ora foi isto, precisamente, que o dr. Salazar constatou não ser ainda possível nêste momento.

Até que um dia o seja, tentará, se puder, quebrar e desfazer a unidade do Exército, atirando os velhos contra os novos, os Coroneis contra os Tenentes, no mesmo desvario de destruição e pulverização com que lançou católicos contra católicos, monárquicos contra monárquicos, rèpublicanos contra rèpublicanos, nacionalistas contra nacionalistas, portuguêses contra portuguêses numa palavra, para que, uma vez tudo esfacelado e tudo desfeito, tudo automáticamente vencido e perdido, êle possa emfim prociamar-se Senhor único e absoluto desta pobre Nação, desta triste terra de escravos.

VIII -- VALORES MORAIS

Três nomes
Três símbolos

«Temos de reagir cada vez mais contra a aberração moderna de se considerar exclusiva ou principalmente progresso das nações o que se traduz na melhoria das vantagens materiais».....

«O Estado Novo tem de iluminar tôdas as manifestações extrinsecamente bôas, úteis ou admiráveis com a luz de espiritualidade superior que norteia a civilização e dê corpo, consistência e lustre á Nação Portuguêsa.»

Assim fala Salazar.

Resposta do País :

Padre José António Marques — Pureza e Espiritualidade.
Dr. Simões Neves . . . — Lialdade e Lisura.
António Ferro . . . . . — Isenção e Desinterêsse.

Um confidente. Um conselheiro.
Um condutor de juventude.

Três altos símbolos dos valores morais do Estado Novo.

Atrás dêles, seguindo-lhe a trajectória gloriosa, vão ascendendo, em pleno vôo de espiritualidade superior, tôdas as «élites» anciosas de luz de verdade, de abnegação que, dentro dos Ministérios, da Polícia, do Secretariado da Propaganda Nacional, das Corporações, da Alta-Finança e outros duros logares de sacrifício, têm conquistado, para a Pátria e para a Civilização do Mundo, triunfos sem par que farão a admiração e espanto dos vindouros.

IX -- AOS PORTUGUÊSES

Hoje, "Política de Verdade"
Amanhã, Verdade sem Política

Ao analizar esta nova peça oratória do dr. Salazar, em que a manobra rasteira, a permanente simulação, a politiquice nefasta tão mal se escondem por trás da célebre taboleta : «Política da Verdade», pretende-se apenas mostrar bem ao País como, lógicamente, se vai definindo a ampla curva do govêrno por onde a vaidade monstruosa dum homem pensa conduzir a Nação Portuguesa até subordiná-la inteiramente ao seu jugo absoluto de político «parvenu».

A indiferença, a frieza sem remédio, com que o País, de norte a sul, acolhe tôda a propaganda marcenária do Poder e tôdas as inúteis e capciosas palavras do Chefe do Govêrno são por certo, a par de tantos outros sintomas de reacção, a prova segura de que o Povo Português, depois de oito séculos de liberdades, àspera e ciosamente defendidas, se não submeterá nunca, numa passividade que degrada e avilta, á tutela tiránica de ninguém.

Pelo contrário:

Àparte aquêles que, descaradamente, se apropriam de ideias alheias, deturpando-as e envilecendo-as por as desconhecerem ou pelo ódio ciúmento de outros as terem primeiro servido e por elas se haverem sacrificado;

áparte aquêles que se acomodam com tôdos os regimes e aceitam tôdas as tiranias, desde que essa servidão incondicional lhes permita usufruir bastos e opíparos proventos;

áparte aquêles para quem as ideias e os princípios não passam de taboletas de negocio, prontos sempre a venderem, por bom preço, consciências, serviços e homenagens;

áparte essa turbamulta de mercenários indesejáveis, tôdos os Portuguêses de bôa vontade reconhecem, dia a dia, mais e mais, a necessidade urgente de se congregarem, no mesmo impulso, em tôrno da única bandeira salvadora:—a da reconquista das suas liberdades oprimidas e do resgate final e definitivo duma nobre e generosa Nação, convertida em roça de politicantes, a soldo dos mais nocivos feudais do Capitalismo.

Lisbôa, 25 de Outubro de 1934.

NÓS, PORTUGAL...